

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

20 / DEZEMBRO / 2021

DESTAQUES

GOVERNO EDITA MEDIDA PROVISÓRIA QUE PRORROGA PRAZO DE REGIME ESPECIAL DE EXPORTAÇÃO

Sem a prorrogação, as companhias teriam que recolher os tributos sobre os insumos utilizados na produção

[Leia Mais](#)

SOLUÇÃO DE CONSULTA DESCONSIDERA DECISÃO DO SUPREMO SOBRE SELIC

Corte proibiu a tributação sobre a parcela referente à correção de valores

Por Joice Bacelo e Gilmar Santos — Do Rio e de São Paulo

[Leia Mais](#)

GOVERNO E OPOSIÇÃO SE UNEM CONTRA REFIS E PROJETO É ADIADO PARA 2022

Governo se posicionou contra o projeto por discordar do impacto fiscal; oposição questionou que o texto permitia o pagamento de uma entrada menor para as médias e grandes empresas

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

STF: JULGAMENTO SOBRE CRÉDITO DE VAREJISTAS VAI RECOMEÇAR DO ZERO

Divididos, ministros suspenderam análise no plenário virtual

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

STF: REDUÇÃO DO ICMS PARA ENERGIA, TELEFONE E INTERNET FICA PARA 2024

Só não serão afetados pela modulação de efeitos ações judiciais em curso em 5 de fevereiro

Por Joice Bacelo, Valor — Rio

[Leia Mais](#)

EMPRESA NÃO PODERÁ PAGAR VALORES DIFERENTES DE VALE-ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO PARA FUNCIONÁRIOS; ENTENDA AS MUDANÇAS

Será possível escolher a bandeira do cartão no qual recebe o benefício

Agência O Globo

Letycia Cardoso

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TRIBUTOS NO STF

A PAUTA TRIBUTÁRIA DO STF EM 2022

Multa por compensação e Cide-remessas são alguns dos destaques do 1º semestre

- CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

STF NEGA CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS

Decisão referente ao Plano Collor II segue precedentes da Corte

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

STF VAI DECIDIR SE PIS E COFINS SÃO DEDUTÍVEIS DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA

A matéria teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual.

[Leia Mais](#)

PRAZOS PROCESSUAIS NO STF FICAM SUSPENSOS ENTRE 20 DE DEZEMBRO E 31 DE JANEIRO

Portaria estabelece que, entre 20/12 e 6/1, ocorrerá o plantão judicial para recebimento de pedidos com risco imediato de perecimento do direito.

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CORTE ESPECIAL COMEÇA A JULGAR FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS POR APRECIÇÃO EQUITATIVA EM CASOS DE GRANDE VALOR

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou nesta quarta-feira (15), sob o rito dos repetitivos, o julgamento de recursos especiais que discutem a possibilidade de fixação dos honorários de sucumbência por apreciação equitativa quando o valor da condenação ou o proveito econômico for elevado (Tema 1.076).

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

MUDANÇAS À VISTA

PORTARIA OFICIALIZA RETORNO DAS SESSÕES PRESENCIAIS NO CARF

Ministério da Economia informou a JOTA que, para as sessões presenciais, não há limite de valor dos casos a serem julgados

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

6 VOTOS A 2

CARF: PRODUTO INCORPORADO DEVE SEGUIR CLASSIFICAÇÃO FISCAL DO PRODUTO FINAL

Empresa importa GPS e incorpora em máquinas agrícolas. Para o fisco, deveria incidir IPI com alíquota do produto isolado

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

GRENDENE X FAZENDA

CARF ANALISA SE INCIDE PIS/COFINS IMPORTAÇÃO SOBRE SERVIÇO PRESTADO NO EXTERIOR

Placar estava em 2x0 contra o recurso do contribuinte, quando conselheira pediu vista no processo

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA APROVA PROJETO QUE REGULAMENTA COBRANÇA DE ICMS EM OPERAÇÃO INTERESTADUAL

Proposta retornará ao Senado para nova análise

[Leia Mais](#)

DIRETO DO LEGISLATIVO

LIRA CRIA NOVA COMISSÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA NA CÂMARA

Novo colegiado terá o prazo de 40 sessões para proferir parecer de mérito ao plenário sobre a PEC 7/2020

RAQUEL ALVES

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

PROMULGADA EMENDA CONSTITUCIONAL COM NOVAS REGRAS PARA PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS

Geraldo Magela/Agência Senado

Segunda parte da PEC dos Precatórios é promulgada

[Leia Mais](#)

SENADO APROVA PRORROGAÇÃO DE INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA DE SEMICONDUTORES ATÉ 2026

Roque de Sá/Agência Senado

Proposições legislativas

PL 3042/2021

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)